

## ESCRITA, AÇÃO INDÍGENA E A TROCA DE VASSALAGEM DE 7 POVOS MISSIONEIRO NA FRONTEIRA MERIDIONAL (1770-1801)

ALFREDO CAMPOS RANZAN\*

### Contexto historiográfico e justificativa

A historiografia do Rio Grande do Sul deu pouca atenção à região missioneira antes da conquista deste território pelos portugueses em 1801. Ieda Gutfreind atribui isso a força que a matriz historiográfica "lusitana" teve no estado até a década de 1970. Esta matriz "não se propunha apenas em retirar a área das Missões Jesuíticas da história do Rio Grande do Sul. (...) Qualquer aspecto que pudesse sugerir semelhanças, ou mesmo aproximações com o Prata, era desarticulado."(GUTFREIND, 1998: 124)

Entre os poucos autores rio-grandenses, anteriores à década de 1970, que retrata as missões no período entre a expulsão dos jesuítas e a incorporação aos domínios portugueses é Carlos Teschauer, ele também um jesuíta. O autor, no entanto, apenas consegue ver decadência com a saída de seus companheiros de ordem, e minimiza as atitudes indígenas a meros espectadores. Depois de comentar os problemas econômicos ainda afirma que "mais triste, é porém, a decadência moral dos índios."(TESCHAUER, 1921: 423). Outro autor é Aurélio Porto. Ele também acredita na decadência econômica e moral uma vez que o "carácter indolente dos índios, a sua inaptidão para a liberdade, e a incompreensão dos princípios abstratos da fé" (PORTO, 1954: 252) os levaria fatalmente para esse destino. O autor também destaca as disputas entre os administradores e os religiosos pelo controle dos missioneiros e como muitos fugiam dos povos, e apesar de destacar "a inaptidão para a liberdade" dos índios, por diversas vezes ele defende a idéia de que foram os índios que solicitaram a conquista portuguesa.

Em termos platinos, umas das primeiras pesquisas dedicadas à vida dos guarani após a expulsão dos jesuítas é a de José Maria Mariluz Urquijo. Ele combate a idéia, hegemônica até então, de que os índios voltaram para o mato com a saída dos religiosos e aponta como muito dos indígenas foram para os principais centros de povoação, especialmente para o lado brasileiro, e como sua mão-de-obra era valorizada. Apesar disso, este autor mantém o preceito da incapacidade indígena e afirma que "al pasar de la dulce tutela jesuítica a un régimen de completa libertad, muchos de los fugados, que aún seguían siendo niños grandes, tropezaron con la codicia de los blancos"(MARILUZ URQUIJO, 1953: 330).

\* Mestrando do PPGH/UFRGS, bolsista CNPq.

2

Já sobre a administração dos 30 povos guarani-missioneiros neste período, a obra de maior densidade e informações é de Ernesto Maeder (1992). Ele faz uma profunda descrição e análise das condições materiais e das mudanças políticas e administrativas ocorridas entre os anos de 1768 e 1850. Assim informa sobre todas as mudanças no sistema de governo das missões, os governantes indicados pela Coroa espanhola, as divisões por departamentos e suas vinculações aos Vice-reinados. Apesar de muito completo, não destaca a atuação dos indígenas frente a estas mudanças, embora negue que a decadência dos povos tenha sido unicamente devido à expulsão dos jesuítas, atribuindo isso a "gobiernos que no llegaron a interpretar ni sus modalidades arcaicas ni sus apetências, y mal administrados por quienes debían velar por sus intereses materiales, las misiones decayeron, se empobrecieron y se des poblaron"(MAEDER, 1992: 14).

Porém, após esta obra, e a utilizando como referência, foram publicados diversos artigos enfatizando a atuação daqueles indígenas enquanto agentes sociais, destacando as estratégias adotadas com relação aos conflitos e o papel das suas lideranças, resultado da aproximação entre história e antropologia e da difusão dos cursos de pós-graduação nestas áreas, especialmente no Brasil. Fator que se relaciona com um movimento de pesquisas em arquivos, inclusive de documentos já trabalhados com outras metodologias.

Entre estes autores destaco a obra de Eduardo Neumann, que dedica-se a analisar os documentos escritos pelos guaranis enquanto participantes do *cabildo*, especialmente a partir da celebração do Tratado de Madri, em 1750, quando se "desencadeou uma "reação escrita" dos índios, que como mecanismo de protesto redigiram vários textos, esgrimindo argumentos contrários à execução da permuta das missões orientais pela Colônia do Sacramento" (NEUMANN, 2005: 19). Ou seja, ele demonstra como a partir desta época os indígenas utilizaram a escrita para se adaptar as necessidades da situação.

Já Elisa Garcia trabalhou com as relações construídas entre os índios e os portugueses na província de São Pedro e sua fronteira, entre as tentativas de demarcação do Tratado de Madri na década de 1750 até as primeiras décadas pós-conquista dos povos da margem oriental pelos portugueses. O trabalho teve como objetivo de "apreender as populações nativas em sua historicidade, ou seja, demonstrar como elas lidaram com as diferentes situações desencadeadas pela colonização" (GARCIA, 2009: 20). Neste sentido ela analisa como a identidade Guarani foi se recriando a partir de uma oposição aos portugueses,

3

criado nas situações imemoriais de conflito, e chegou à situação de negociações e até de aliança. A autora destaca também que as disputas entre portugueses e espanhóis não se davam apenas pelo território, mas por vassalos e "a política de atração dos missionários desenvolvida pelos portugueses suscitava sérias preocupações à administração espanhola" (IDEM: 301).

Guillermo Wilde (2009) também aborda o tema das missões guaranis, em uma obra muito completa, abrangendo desde as primeiras reduções no século XVII até a dissolução dos povoados no século XIX. Sua pesquisa tem o objetivo de:

*comprender, en primer lugar, el proceso histórico de formación de una comunidad política heterogénea, las misiones de guaraníes, y los mecanismos simbólicos por medio de los cuales actualizó sus límites en el transcurso de los siglos. En segundo lugar, el modo como los indígenas, en particular las figuras nativas de autoridad, los líderes guaraníes misioneros, intervinieron en ese proceso y se inventaron en él, interactuando con otros sectores de la sociedad colonial (WILDE, 2009: 23)*

Desta forma, ao comentar as visões atuais sobre estes fatos é importante se referir ao que John Monteiro chama de "nova história indígena", ou seja, uma história que busca "aliar uma certa sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, dos arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado" (MONTEIRO, 1994: 238). Assim, desconstruir imagens e pressupostos que caracterizavam as sociedades indígenas como simples vítimas dos brancos, ou o pessimismo, que indicava para uma extinção dos povos nativos, é uma tarefa destes historiadores. Ele sugere que as pesquisas avaliem como os indígenas tiveram que construir e se adaptar a um novo espaço político a partir da sua visão do mundo, mesmo quando utilizavam expedientes provenientes dos próprios europeus. No caso desta pesquisa o expediente são os documentos escritos pelos indígenas participantes do *cabildo*.

Neste sentido, Maria Celestino de Almeida (2003) analisa as transformações indígenas que viviam nos aldeamentos portugueses, mas que trazem reflexões importantes que podem ser usadas para o caso das missões guaranis. Com relação às perdas que os nativos tinham ao se submeterem ao aldeamento, que ela afirma serem indiscutíveis mas, apesar disso, temos que perceber estas mudanças "como propulsoras das novas possibilidades dos índios adaptarem-se à Colônia" (ALMEIDA: 129). Assim, se os índios rumavam para estes locais, iam também buscar um mal menor, que seria estar sujeito ao apresamento e ao trabalho forçado, um "espaço de liberdade possível", o que leva a afirmação: "longe de terem sido passivos, os índios foram sujeitos desse processo de mudanças que igualmente lhes

4

interessava, por lhes conferir instrumental necessário à adaptação ao novo mundo. Transformaram-se, portanto, mais do que foram transformados (IDEM: 136) ”.

Esta transformação reflete-se na recriação e manutenção da identidade indígena e, para analisá-la, podemos partir do conceito de etnogênese utilizado por Guillaume Boccara. Para este autor, estas sociedades indígenas "son tanto el producto de uma historia como han sido capaces de desarrollar estrategias de resistència y adaptación que se inscriben en la continuidad de prácticas y representaciones anterior a la conquista pero que desembocaron también, a través de los múltiples procesos de mestizaje, en la aparición de nuevos mundos en el Nuevo Mundo" (BOCCARA, 2003: 63). Desta forma, é muito importante acabar com a dicotomia entre aculturação ou resistência, no sentido que define o primeiro como a perda da identidade pelos indígenas e o segundo como a manutenção da cultura imemorial desta sociedade, atribuindo a estas pessoas uma situação a-histórica ou, como afirma Monteiro (2001: 56), "para apreender os processos culturais em jogo, não se pode tratar as sociedades indígenas como culturas locais em isolamento".

Para além da etnogênese é possível também analisar a questão da identidade a partir do conceito proposto por João Pacheco de Oliveira (1998) de processo de territorialização. Este conceito é formulado a partir da obra de Fredrik Barth (1998) sobre os grupos étnicos e suas fronteiras. Neste texto o autor defende a idéia de que um grupo étnico utiliza-se das diferenças culturais existentes na sua interação social para formar e reformar sua individualidade e assim “quando se retraça a história de um grupo étnico ao longo do tempo, não se está, simultaneamente, no mesmo sentido, traçando a história de uma ‘cultura’” (BARTH: 227). Neste sentido Oliveira (1998: 56) procura definir que o

*Processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)*

Assim, é necessário trabalhar também o conceito de fronteira "como un territorio imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas índoles entre individuos y grupos de distintos orígenes" (BOCCARA, 2003: 64). Neste território, especialmente quando estava entre as potencias européias, os "indígenas evolucionaban (...) y sacaban un feliz provecho de los antagonismos que se producian" (IDEM: 72).

5

Já para trabalhar a definição de elite indígena é importante destacar que "a política de valorização das lideranças nativas foi parte do projeto de conquista e colonização das Américas" com as autoridades espanholas e portuguesas incentivando "a criação de uma nobreza indígena por meio da concessão de favores, títulos, patentes militares" (ALMEIDA 2003: 150). Assim Neumann (2005:25) nos aponta que

*A cooptação dos índios principais à sociedade colonial, visando sua integração e assimilação aos valores do mundo hispânico, foi operacionalizada através da catequese, associada, por sua vez, à instrução. Essa estratégia educadora mostrou-se um instrumento eficaz tanto na formação de lideranças ameríndias quanto na interiorização das hierarquias do corpo místico espanhol*

Cabe destacar, como afirma Wilde (2009: 25), que a análise destes memoriais e documentos, não deve se restringir à tentativa de “establecer la verdad o falsidad de los dichos de esos actores sino entender por qué dicen lo que dicen em um momento determinado, o comprender por qué actuaron como lo hicieron”.

Desta forma, esta pesquisa se justifica na tentativa de incrementar a análise de fontes que possam relacionar a atuação indígena dentro e fora dos *cabildos*, além de observar os seus tencionamentos com a administração espanhola e com os *Padres Curas*. A partir disto imagino ser possível verificar a existência de relativa autonomia ou protagonismos na condução dos povos e suas demandas pelos missioneiros. Da mesma forma complementar os estudos que relacionam a autonomia exercida pelos indígenas com a maior presença e contato dos portugueses e como isso pode ter influenciado na "conquista" dos povoados orientais.

### **As manifestações indígenas entre 1770 e 1790**

No início da década de 1770 o Governador de Buenos Aires, foi substituído por Juan José de Vértiz. O novo Governador não estava satisfeito com a forma de atuação da administração espanhola nos 30 povos, que após alguns problemas com o Governador Interino Riva Herrera, estavam subordinados unicamente à Zavala, então auxiliado por três tenentes, responsáveis, cada um, por um grupo de povoados (MAEDER, 1992: 23-27). Como mudança inicial nomeou Juan Angel Lazcano para Administrador Geral Missões, sediado em Buenos Aires, para receber e vender os produtos que chegavam das missões, ficando ao seu cuidado a arrecadação de tributos. Também mandou que fosse executado um minucioso censo, nomeando o coronel Marcos Joseph de Larrazábal como responsável (MARTIN, 2003:

6

36-37). Da experiência deste censo, Larrazábal sugeriu a divisão dos povoados em cinco departamentos (Yapeyú, San Miguel, Concepción, Candelária e Santiago), dirigidos cada um por um tenente, o que foi estabelecido a partir de 1774. A restrição da responsabilidade de Zavala para apenas um departamento, entre outros pontos, o levou a uma batalha judicial contra Lazcano e a nova organização até pelo menos 1784.

Em 1784 Vértiz, agora Vice-rei do Prata, cargo que assumiu com a volta de Cevallos para a Europa em 1778<sup>1</sup>, aplica a *Real Ordenanza de Intendentes*. Esta *Ordenanza* estabelece a criação de Intendências, de modo que os Departamentos de Yapeyú, San Miguel e Concepción ficam a cargo de Buenos Aires, e Candelária e Santiago com a do Paraguai. No entanto a nova organização parece ter trazido mais confusão e disputas por jurisdição entre o Governador, Tenentes, Intendentes e o Administrador Geral das Missões<sup>2</sup>.

Mesmo com as constantes trocas na administração geral dos povoados, dentro de cada redução, a presença dos administradores e dos novos religiosos que vieram substituir os jesuítas já estava mais consolidada a partir da década de 1770. A partir deste ponto a proposta é a analisar as manifestações dos indígenas que faziam parte dos *cabildos* e sua relação com este contexto:

De San Lorenzo, em 25 de Maio de 1779, é emitido uma “Razon de los índios enpleados em el Real Serbizio de este Pueblo de Sn. Lorenzo desde el año de mil setezientos setenta y dos asta la fecha de esta”. Mostrando que a prática de requisitar a mão-de-obra indígena para o serviço da coroa, fora do povoado de residência, continuava bem presente, assim como foi durante a época dos jesuítas<sup>3</sup>. Este documento demonstra que o *cabildo* tinha um controle sobre as atividades que faziam seus conterrâneos, assim como dos gastos que tinham para mantê-los em serviço. Nesta relação se destacam os trabalhos realizados para Maldonado, Montevideú, *Paso* do Piratini, Santa Tereza e Santa Tecla. Também, mais de uma vez, aparecem relatos de contato com os portugueses.

Já em San Miguel o *cabildo* e caciques se manifestam sobre o administrador recém nomeado para assumir o povoado. Em 14 de julho de 1786 eles escrevem uma carta na língua guarani, que é traduzida a pedido do Governador Intendente Don Manuel de Lassarte y

---

<sup>1</sup> O Vice-reinado do Prata foi criado em 1776 quando Pedro Cevallos liderou uma expedição, vindo da Espanha, para participar da disputa fronteiriça com Portugal, que incluía desde a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), Rio Grande e a Colônia de Sacramento.

<sup>2</sup> Como afirmam Maeder (1992: 30-33) e Poenitz & Poenitz (1998: 71-74).

<sup>3</sup> Como destacam as pesquisas de Kern (1982) e mais recentemente Neumann (2005).

7

Esquivel. O referido documento inicia com o relato das riquezas do povoado: 60 mil vacas, 11 mil arrobas de algodão, boas casas, disponibilidade de vestimentas e alimentação. Em seguida, passa a denunciar que o Administrador indicado para assumir o povoado, Don Manuel Burgo, já é conhecido por seu péssimo trabalho em San Juan, concluindo com a solicitação para que não seja confirmado no cargo<sup>4</sup>. Também importante nesta carta é a confusão de responsabilidade sobre a indicação e confirmação do nome, como citado no início deste capítulo, a criação das Intendências ocasionou uma disputa por jurisdição dentro da administração espanhola. No mesmo documento é de se destacar a presença de Primo Ybarena, indígena de longa experiência<sup>5</sup> como secretário que escreve a sentença “a ruegos de todos los Caciques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarena”<sup>6</sup>. Deste modo parece que os caciques solicitam um auxílio de alguém de confiança, fora do *cabildo* para ter certeza que estão fazendo a remessa de sua demanda corretamente.

Outros documentos nos quais podemos ver as manifestações indígenas, e até certo ponto acompanhar a efetividade, são em processos. Nestes, além da manifestação escrita dos representantes dos *cabildos*, podemos ver as respostas e encaminhamentos dados.

O primeiro processo analisado é do ano de 1790 e tem na sua capa a seguinte descrição: “El corregidor, cabildo y Administrador del Pueblo de Sn. Borja, solicitando se nombre como thente. de Cura de dtho. Pueblo a Fr. Dom<sup>o</sup> Maciel del orn. de Predicadores”<sup>7</sup>. Ele começa com uma carta justificando não haver Tenente Cura no Povo de San Borja e que o Cura não da conta da administração espiritual de todos os naturais, principalmente em tempos de epidemias como as que eles estavam vivendo freqüentemente. Lembram que estão reiterando o pedido e indicam o nome do Frei Domingo Maciel, por já conhecerem ele quando substituiu o Cura local nas suas ausências e “por conocer su buena vida, y costumbre, y tener el amor por el conocimiento que de su modo de proceder”<sup>8</sup>. Dirigida ao Vice-Rei de Buenos Aires, datada de 13 de março e assinada pelo Administrador Francisco Antonio Carballido, pelo Corregedor Mariano Josef. Ibarava, por Domingo Ayuari Secretario, com indicação dos demais cabildantes que não sabem assinar. Esta foi encaminhada para o

<sup>4</sup> As fontes utilizadas normalmente não tem um título, assim, serão identificadas de acordo com o maço onde estão arquivadas no Archivo General de La Nación Argentina. Neste caso: AGN. Sala IX. 18/3/5.

<sup>5</sup> Primo Ybarena esteve presente nos conflitos da demarcação do Tratado de Madrid e teve sua trajetória traçada, a partir de 4 documentos por Neumann (2009: 268).

<sup>6</sup> AGN. Sala IX. 18/3/5.

<sup>7</sup> AGN. Sala IX 31/5/7

<sup>8</sup> Idem

8

Governador das Missões Francisco Bruno de Zavala, que respondeu que o referido padre é tio do atual Cura de San Borja, e que conhece a situações de Povos sem o Tenente Cura e não veria mal na transferência do padre. No entanto diz já ter se reportado ao Vice-reinado anteriormente falando do pouco arrecadado e que isto estaria dificultando a manutenção de mais Curas. Em 26 de outubro o Governador escreve outra carta informando a nomeação do padre no Povo de San Borja.

O processo seguinte é bem mais complexo, e a súplica “Dn Ponciano de Silva maestro de primeras letras del Pueblo de Sn Lorenzo solicita la recaudar sus sueldos”, esconde um grande conflito entre o *cabildo* e o administrador com o “maestro”, no entanto destacamos aqui alguns pontos mais gerais. Em março de 1789, Don Ponciano solicita seu salário por 2 anos de serviços no Povoado, mas seu pedido é devolvido por ser necessário acrescentar “la **certificacion Del Corregidor Cabildo y Adm.or**”<sup>9</sup>. Porém, quando o administrador e o *cabildo* se manifestam eles denunciam os maus tratos que o professor dispensava em seus alunos e por não aceitar a intervenção de ninguém, chegando suplicar uma “providencia que hallase de justicia, pues de lo contrario no quedará criatura alguna que no se huya”<sup>10</sup>. Como resposta, o “Maestro” escreve afirmando que 15 açoites não eram excessivos e que já havia feito representações relatando os seus avanços no ensino. Assim em fevereiro de 1790 o “*Fiscal Protector General de Naturales*” determinou que fosse enviado ao Povo uma diligência para averiguar os fatos e o Governador do Departamento de San Miguel Don Manuel de Lavante y Esquibel convocou alguns moradores do Povo, integrantes do *cabildo* no ano anterior, para depor em San Nicolas, acompanhado de 2 interpretes: o espanhol paraguaio Andrés de Luzina e o índio Fabian Minuy. Na seqüência, o Governador do Departamento escreve um parecer sobre os depoimentos e documentos recolhidos, com data de 11 de maio de 1790 e ressalta a incapacidade do “maestro”, mas aponta que o Administrador e alguns cabildantes manipulam os documentos do *cabildo*. O protetor dos naturais corrobora com a idéia da manipulação e atribui a questão ao Administrador e ao Governador dos 30 Povos, que devem ser repreendidos para que não haja reincidência, além de pago o devido ao dito “maestro”. Diante destes relatos o Vice Rei, da ganho de causa ao

---

<sup>9</sup> AGN. Sala IX 31/5/7, grifo meu.

<sup>10</sup> Idem. Este processo, apesar de ter mais de 100 páginas, não é numerado já que é a soma de dezenas de cartas, relatórios, etc., portanto, as citações não terão o número da página. No entanto, nos próximos parágrafos, elas seguem a ordem como aparecem no volume, que será então identificado como uma única fonte.

9

“maestro”, sendo devido o seu soldo, e condena o Administrador e o Governador dos 30 Povos Francisco Bruno de Zavala, que escreve, do Povo de Itapua, em 18 de fev. de 1794, declarando ao Vice-Rei sua inocência e reafirmando acusações.

No meio de tanta confusão esta história se relaciona com Pasqual Arenguati, Corregidor de San Miguel e cabildante desde, pelo menos, 1786 quando aparece no memorial analisado anteriormente. Ele pretendia casar suas 2 filhas com 2 espanhóis, sendo que a mais velha havia sido educada em Buenos Aires e sabia ler, escrever e costurar. O professor de primeiras letras de San Miguel, Don Jose de Mitre, que também era pretendente de uma de suas filhas, foi preterido e resolve sair do povoado, e assim acaba tomando o lugar de Don Ponciano em San Lorenzo. Pasqual é citado pelo Governador dos 30 Povos por sua “civilidade” e qualidade gráfica, quando esse escreve para o Vice Rei, em 1790, justificando a nomeação de Mitre para San Lorenzo e contando a história acima. Seu prestígio aparece também por ser incluído, em 16 de outubro de 1792, como testemunha, junto com outros integrantes do *Cabildo* de San Miguel, além de três espanhóis da administração “por falta de Escribano Publico”<sup>11</sup>, na Procuração que o Administrador de San Lorenzo fez para ser representado em Buenos Aires.

Voltando ao caso, a discussão sobre quem tinha manipulado ou amedrontado os indígenas entra em 1795, quando as partes fazem um acordo sobre o pagamento de uma indenização, não ficando claro se o “maestro” retoma sua atividade. Também é possível notar uma disputa sobre quem seria o responsável por nomear e dispensar os *maestros*, entre o Governador dos 30 Povos e o Governador do Departamento de San Miguel, se tornando mais uma batalha judicial onde Zavala se envolvia desde a década de 1770.

O mais interessante deste processo para esta pesquisa não é o resultado final, mas o fato das argumentações terem caminhado no sentido de afirmar, ou questionar, a participação dos indígenas na concepção e redação do parecer que denunciava o *maestro*. Fica claro que a participação consciente dos membros do *cabildo* tinha uma valorização importante para validar a denúncia.

### **A ameaça ao regime comunitário e a passagem para o lado português dos povoados orientais**

---

<sup>11</sup> Idem.

Ao entrar na década de 1790, a situação dos povoados era de decadência material e populacional, muito devido às más administrações, seja por incompetência, corrupção ou disputas judiciais. Complementando o quadro desfavorável, os Vice Reis que atuaram neste período demonstraram pouco interesse e nada fizeram de efetivo para melhorar essa situação. Muito disso, talvez, se devesse a grande rotatividade destes Vice Reis, já que cinco diferentes personagens ocuparam este cargo em apenas 10 anos: Nicolas del Campo (1784/89), Nicola Arredondo (1789/95), Pedro Melo de Portugal (1795/97), Antonio de Olaguery y Feliú (1797/99) e Gabriel de Avilés y del Fierro (1799/1801) (Maeder, 1992: 195).

Desta forma, em termos de realizações, somente o último fez uma intensa reforma na administração das Missões. Avilés assumiu como Vice Rei em 14 de março, e já tinha como obrigação responder uma Real Ordem de 30 de novembro de 1798, que estipulava que ele “debía informar dando su parecer sobre el problema, y se lo facultaba para que interinamente tomase providencias para contener desórdenes y abusos em el gobierno y administración de los pueblos” (POENITZ & POENITZ, 1998: 77). Com esse objetivo, e com a ajuda do seu secretário Miguel de Lastarria, remeteu questionários para governantes, religiosos e militares da região. Segundo Maeder (1992:201), “la mayoría de los cuales opino en favor de la libertad de los índios”. Depois de coletadas as informações, Avilés assinou um auto em 18 de fevereiro de 1800 que “decretaba la liberación de una lista de 323 familias guaraníes consideradas ‘capaces de mantenerse por si’” (WILDE, 2009: 269). Estas famílias, provenientes de 28 povoados diferentes, tinham direito a “propiedad para si, sus hijos, herederos y sucesores perpetuamente, terreno bastante capaz y aparente para mantener sus buenas chacras y apacentar sus ganados” (AVILÉS, 1800. apud. WILDE, 2009: 270). Além disso, os libertos “fueran mantenidos por la comunidad hasta el año siguiente, que les adjudicaran tierras, vacas y todo lo necesario (...). Los que poseían empleos de cabildo podían ejercerlos hasta su término. A los artesanos se los auxiliaría con herramientas”(WILDE, 2009: 270). Para Maeder (1992: 202) entre as propostas do auto estavam a “liberidad gradual para los indios, libre comercio con españoles, extinción de las encomiendas en los pueblos de indios del Paraguay, y mantenimiento por un cierto tiempo del régimen de comunidad en Misiones, pero bajo el celoso control del gobierno”.

Segundo Wilde (2009: 271), “la reacción de los guaraníes al decreto parece haber sido en general muy positiva”, especialmente entre os libertos. Por outro lado, Maeder (1992: 203) afirma que depois do início de entusiasmo, os que ficaram se revoltaram, gerando queixa também dos Administradores e Curas. Até que novas instruções estabeleceram a cobrança de um peso anual para a manutenção dos povos, mas “Dispuso también nuevas libertades y favoreció la adjudicación de tierras a criollos y mulatos casados con indias” (MAEDER, 1992: 203). De qualquer forma uma situação que trouxe controvérsia na liberação foi a discussão de parentesco, muitos interpretaram a designação “família” como a totalidade de sua rede de parentes. Poenitz & Poenitz (1998: 80) traz casos em que para cada um libertado, junto foram entre 10 à 50 pessoas a mais, o que levou Avilés a escrever instruções mais claras. Outra questão de interpretação é a noção do termo liberdade. Como mostra Wilde (2009: 275), “en las cartas escritas por ellos mismos em su lengua la palabra ‘libertad’ aparece en castellano, lo que acaso indica que no formaba parte del universo conceptual do nativo” e o termo estava ligado a possibilidade de movimentação pela campanha e de participar de intercâmbios com os outros atores que ali habitavam sem necessariamente perder os laços com a comunidade de origem.

Apesar destas questões, Maeder (1992: 203) mostra que “a finales de febrero de 1801 Avilés recibió su nombramiento de virrey del Perú, y el 20.V.1801 transmitió el mando en Buenos Aires a su sucesor Joaquín del Pino. Para esa fecha, el programa de libertades sumava ya 6.212 indios de los 42.885 que subsistían en los pueblos”. Menos de um mês após assumir Joaquín del Pino, Garcia (2009: 189) aponta que, “em 15 de junho de 1801, a notícia da declaração de guerra da Espanha contra Portugal chegou informalmente à capitania” do Rio Grande de São Pedro.

Com a notícia, o governador da capitania “Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, publicou um edital no qual ordenava aos vassalos portugueses reconhecerem a Espanha como inimiga, assim como outros editais em que perdoava todos os desertores que se apresentassem para a guerra”(GARCIA, 2009: 189). Entre os anistiados estavam alguns gaúchos, ou gaudérios<sup>12</sup>, que conheciam bem os índios dos convívios na campanha, sendo eles próprios, muitas vezes, mestiços filhos de indígenas. Um deles, José Borges do Canto se

---

<sup>12</sup> Personagem comum nos campos do sul que viviam do contrabando e roubo de gado e couros, mais informações na análise de Wilde (2009: 297) e Garcia (2009: 190-191).

12

apresentou ao tenente-coronel Correia da Câmara e manifestou o desejo de “hostilizar” as missões e teria solicitado homens e armas. Diante da impossibilidade de suprir estas necessidades o tenente-coronel teria disponibilizado munição e incentivado Canto a arregimentar seus conhecidos para a tarefa (IDEM: 191). Dentre os recrutados estava Gabriel Ribeiro de Almeida, filho de índia guarani e conhecedor do idioma nativo, assim como Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro da região que formou outra frente de ataque, no total, em torno de 40 homens foram reunidos. Desta forma, este ataque não oficial e com um contingente modesto, deve seu sucesso muito a disposição dos indígenas de se aliar com os portugueses e para isso a negociação na língua guarani deve ter sido muito importante. A habilidade na língua guarani era valorizada pelos indígenas e muitos administradores espanhóis não a dominavam. Garcia (2009: 195) mostra como em vários momentos e, especialmente antes da tomada de San Miguel, os portugueses e indígenas trocaram informações sobre as missões. Além disso, nos primeiros ataques as estâncias e a um acampamento onde estavam indígenas e espanhóis, a explicação de que a guerra era contra os espanhóis e não contra os nativos, e demonstrações de reciprocidade, como a divisão do butim, foram fundamentais para que uma parcela destes indígenas aderissem a proposta portuguesa e ajudassem a entrada na capital do Departamento de San Miguel. É significativo que a ocupação portuguesa tenha começado pelo povoado de San Miguel, que como vimos, teve, ao longo das últimas décadas, cabildantes respeitados por sua “civilidade” e por suas qualidades gráficas diante de funcionários e governadores espanhóis.

Após a tomada da capital, a entrada nos outros povoados do Departamento parece ter sido mais tranquila. Integrantes do *cabildo* de San Juan e Santo Angel chegam a escrever uma carta na qual “informavam estarem rendendo vassalagem à Coroa portuguesa, incluindo armas, povos, territórios e demais posses” (GARCIA, 2009: 196), respondendo no mesmo dia o aviso que Canto manda aos demais povoados sobre a rendição de San Miguel. Além de entregar o aviso, Gabriel de Almeida assistiu as festividades e convidou os Curas a permanecerem nos povoados, o que foi aceito por alguns. Estes fatores aliado as promessas de respeito as suas hierarquias ajudaram a consolidar a aceitação. Em San Borja<sup>13</sup> a rendição foi um pouco mais demorada, mas diante da proposta dos espanhóis de abandonar o povoado e

---

<sup>13</sup> San Borja era o único dos 7 povoados ocupados que não fazia parte do Departamento de San Miguel, seu Departamento era Yapeyu. Além disso, a redução já fora a que menos participou da “Guerra Guaranítica”. Sobre as peculiaridades desta missão ver Maurer (2011).

13

fugir para o outro lado do rio Uruguai, os indígenas decidiram ficar em suas terras e se aliar aos portugueses (IDEM: 201).

Transparece nestes fatos que, por mais que houvesse divisões entre os indígenas que habitavam estes povoados, a maioria aceitou a decisão tomada pelos integrantes do *cabildo*, já que não encontrei relatos de grandes fugas ou resistências depois da rendição. Por outro lado, apesar de Garcia (2009: 201) afirmar que “a conquista das missões foi sendo construída durante as negociações”, o que pode ter acontecido realmente, não podemos descartar a hipótese de que alguns integrantes do *cabildo* tenham feito a solicitação antecipadamente por escrito ou oralmente. Pelo contrário, acredito que essa possibilidade foi bem real, como aponta Aurélio Porto (1954) e Hemetério da Silveira (1979[1909]: 64-65)<sup>14</sup>. Mesmo que nenhum dos dois tenha visto tal carta, e sabendo que, suas intenções não eram ver a agencia indígena, mas qualificar o ato como um pedido desesperado por ajuda. Acredito que o ato poderia ser uma amostra de que estavam dispostos a negociar. Além do mais, as manifestações analisadas ao longo desta pesquisa corroboram a possibilidade de contato prévio, mesmo que o consenso em torno da aliança com os portugueses tenha se criado durante as negociações.

### Considerações finais

Apesar de uma quantidade relativamente pequena de fontes, foi possível perceber inúmeras manifestações dos indígenas que se faziam presentes nos memoriais e processos. Por mais que a linguagem escrita remetesse a presença de uma cultura externa fortemente vinculada a um dominador, fica claro que missionários se apropriaram deste instrumento para fazer-se agente e influenciar no destino dos seus povoados.

Ao longo destes mais de vinte anos analisados eles participaram de diferentes demandas, como as questões de atuação de seus novos companheiros de redução, sejam eles religiosos, administradores, ou outros funcionários espanhóis, denunciando e solicitando a sua remoção quando preciso. Externamente, souberam também lidar com o complexo sistema administrativo espanhol recorrendo aos diferentes níveis da hierarquia colonial para expor

---

<sup>14</sup> Wilde (2009:289), descreve que já em 1786, Francisco Bruno de Zavala teria relatado que alguns índios de San Miguel tentaram enviar uma carta para os portugueses pedindo que ele ocupassem o povoado. Tal carta teria sido apreendida.

14

seus interesses. O próprio processo no qual foi colocado em questão a manipulação dos cabildantes pelo administrador ajuda a complexificar a situação, e perceber algumas diferentes visões que os espanhóis tinham sobre as manifestações.

Com relação às atividades exercidas internamente, os documentos analisados demonstram e reforçam a idéia de que os indígenas estavam sim, preocupados com os bens materiais dos seus povoados, estavam atentos aos problemas das fugas e, também por isso, denunciavam castigos excessivos e ofensas. Da mesma forma, tinham noção de como era valorizada sua mão-de-obra para o “Real Serviço” e nas propriedades particulares.

Destaco que este trabalho atuou no sentido de verificar as manifestações daquelas pessoas que se mantiveram vivendo na comunidade, mesmo com todos os problemas enfrentados desde a demarcação do Tratado de Madrid e depois da expulsão dos jesuítas. Deste considerável número de indígenas, é de se supor que suas lideranças eram os mais interessados na manutenção do regime comunitário que lhes garantia *status* privilegiado. Neste sentido ao sentirem que o regime comunitário estava ameaçado e diante da guerra travada entre portugueses e espanhóis parece lógico que estas lideranças tenham ficadas tentadas a se aliarem aos portugueses numa tentativa de manutenção da sua forma de organização a partir dos *cabildos* indígenas. Analisando as diversas manifestações que fizeram no período anterior, não é surpreendente que eles tenham se colocado contra os administradores locais e do Departamento de San Miguel no momento da rendição aos portugueses. Por mais que a noção de auto-governo não deva ser aplicada a este período, afinal o aparato burocrático espanhol estava muito presente, ações de protagonismo e autonomia dos indígenas parecem ter sido constantes. Assim como na atitude de recusa em abandonar os povoados, como no caso de San Borja.

Mesmo que a vida na redução fosse muito diferente da vida dos guaranis pré-colonial, para aquelas pessoas, este modo de vida deveria representar a forma mais tradicional e indígena possível, até porque a maioria já estava nestas condições a gerações. Também a questão da terra e da comunidade, pode ser abordada como um processo que vem deste a escolha de se submeterem às reduções para fugir das *encomiendas*, depois na luta contra a remoção pelo Tratado de Madrid, e por fim com a aliança com os portugueses.

Assim acredito ter atingido o objetivo de reforçar a visão, que já há alguns anos vem sendo ampliada, de uma história indígena que procura ver as atitudes indígenas como fruto de

15

escolhas conscientes dentro dos espaços possíveis. As fontes utilizadas nesta pesquisa reafirmam e/ou complexificam as análises atuais que foram apresentadas ao longo do trabalho. Neste sentido a hipótese de terem os indígenas tomado a iniciativa da aliança com os portugueses, é apresentada como mais uma possibilidade de diálogo com estas fontes, a partir de uma visão que atribui esta atitude a agência e protagonismo indígena. Da mesma forma, neste ponto, esta abordagem complementa e complexifica as outras abordagens apresentadas neste trabalho, tanto as que apresentam a solicitação de aliança como um atitude desesperada de quem não sabia mais o que fazer para fugir da opressão dos espanhóis, como para os que apresentam como resultado de uma situação limite construída no calor das negociações com os portugueses que se aproximavam.

Desta forma, se hoje sabemos que as promessas feitas de manutenção física, respeito às hierarquias e às terras dos povoados, não foram cumpridas, naquele momento os indígenas estavam atuando no sentido de garantir estas demandas. Neste sentido não podemos pensar na história do estado do Rio Grande do Sul e do país, e sua consolidação étnica, cultural e espaço-geográfica sem atribuir a estes personagens a importância que lhes é devida.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Capítulo 3 - A ressocialização nas aldeias: as múltiplas etnias tornam-se índios aldeados e súditos cristãos do Império português. In.: \_\_\_\_\_. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In.: POUTGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998;
- BOCCARA, Guillaume. Fronteras, Mestizaje y Etnogênesis en las Américas. In.: MANDRINI, Raúl J. y PAZ, Carlos D. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahia Blanca/Tandil, 2003. (pp. 63-73);
- GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009;

16

- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998;
- KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982;
- MAEDER, Ernesto. *Misiones Del Paraguay: Conflicto y Disolución de La Sociedad Guaraní*. Madrid: Mafre, 1992;
- MARILUZ URQUIJO, José Maria. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. *Estudios Americanos*, Sevilla, v.6, 1953. Pag. 323-330;
- MARTÍN, Carmen Martinez. El padrón de Larrazábal en las misiones del Paraguay (1772). In.: *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, nº 29, 2003. Pag 25-50;
- MAURER, Rodrigo Ferreira. Capítulo 9 – Da Alocação às Intrigas: O Caso da Antiga Redução de San Francisco de Borja e o Estigma Refratário. In.: COLVERO, Ronaldo B. & \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Missões em Mosaico: Da Interpretação à Prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011;
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1994;
- \_\_\_\_\_. Tupis, tapuias e historiadores. Tese de livre docência. IFCH - Campinas, 2001;
- NEUMANN, Eduardo. *Práticas Letradas Guaraní: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: IFCS – Tese Doutorado, 2005;
- \_\_\_\_\_. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas. Vol. 5*. Passo Fundo: Mérito, 2009;
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. 1998, vol.4, n.1, p. 47-77;
- POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]*. Posadas: Universitaria, 2 ed, 1998;
- PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre: Selbach, 1954;
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979 [1909];
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, v.2, 1921;
- WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.